

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

10.35819/scientiatec.v10i2.6434

Ana Carla Rocha de Souza Cruz¹

Elza Ferreira Santos²

Resumo: O objetivo do artigo é discutir os desafios a serem enfrentados na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), neste retorno ao ensino presencial no pós-pandemia, com foco no público-alvo da educação especial. Considerando que esse momento histórico afetou a vida das pessoas, principalmente, daquelas que fazem parte das camadas mais excluídas da sociedade e que a educação tem papel central na busca pela redução das desigualdades e injustiças sociais, por meio da formação crítica, emancipatória e humanizada, é importante refletir sobre os desafios que hoje se impõem à rede profissional e tecnológica federal. A reflexão foi baseada em documentos institucionais – regulamentos e relatórios diagnósticos –, materiais produzidos e distribuídos – cartilhas, lives –, além de questionários aplicados a professores e tradutores intérpretes do Instituto Federal de Sergipe. Foi possível perceber que, embora haja um aparato legal robusto no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a prática diária ainda esbarra em uma série de barreiras, principalmente a barreira atitudinal. Nesse sentido, a pandemia intensificou ainda mais a exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência, que já enfrentam inúmeras barreiras para ter seu direito à educação.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Alunos com deficiência; Pandemia.

Abstract: The aim of the article is to discuss the challenges to be faced in Professional and Technological Education, in this return to face-to-face teaching in the post-pandemic, with a focus on the target audience of special education. Considering that this historical moment affected people's lives, especially those who are part of the most excluded society layers, and that education plays a central role in the search for the reduction of social inequalities and injustices, through critical, emancipatory and humane training, and it is important to reflect about the challenges that are now imposed on the professional and technological federal network. The reflection was based on institutional documents – regulations and diagnostic reports – and materials produced and distributed – booklets, net lives – in addition to questionnaires to teachers and students by the Federal Institute of Sergipe. It was possible to perceive that, although there is a robust legal apparatus regarding the inclusion of disabled students in the Federal Network of Professional Education, Scientific and Technological (RFEPCT), the daily practice still comes up against a series of barriers, mainly the attitudinal barrier. In this sense, the pandemic has further intensified the exclusion experienced by people with disabilities, who already face numerous barriers for having their right to education.

Keywords: Professional and technological education; Disabled students; Pandemic.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 tem marcado profundamente a história mundial desde o final de 2019. Os impactos e desdobramentos desta crise sanitária certamente ainda serão sentidos durante muito tempo. No Brasil, a chegada do

¹ Instituto Federal de Sergipe, E-mail: ac.rocha88@gmail.com

² Instituto Federal de Sergipe, E-mail: elzafesantos@gmail.com

**Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de
estudantes com deficiência no pós-pandemia**

coronavírus, além de pôr fim a mais de meio milhão de vidas, ao longo dos dois últimos anos, acentuou e escancarou o fosso existente entre ricos e pobres, castigando ainda mais as classes desfavorecidas e trazendo muitas incertezas.

Desemprego, dificuldade de acesso ao sistema público de saúde e a fome se tornaram problemas com proporções ainda maiores para quem já sentia na pele as dificuldades decorrentes da desigualdade social que impera no nosso país. No campo da Educação, experimentamos um momento inédito, a interrupção, por tempo indeterminado, das aulas presenciais em todas as instituições de ensino, como medida de contenção da doença, situação que trouxe desafios gigantescos e consequências que ainda estamos descobrindo.

A suspensão das atividades presenciais nas escolas evidenciou ainda mais as diferenças entre estudantes das redes privada e pública. Enquanto as redes particulares, apesar de algumas dificuldades, rapidamente encontraram nas tecnologias estratégias e mecanismos para driblar o distanciamento social necessário, as redes públicas se viram diante de uma série de barreiras a serem vencidas para planejar a continuidade do calendário acadêmico³. A falta de acesso à internet se mostrou como um dos principais obstáculos para a implantação do ensino remoto, uma barreira que nem mesmo com a oferta de auxílios, chips e aparelhos pôde ser superada, considerando que muitos estudantes residem em regiões em que ainda não há ou é precário o acesso à internet. Sendo necessário, nesses casos, recorrer ao uso de material impresso como única alternativa para a continuidade dos estudos.

No caso da Educação Profissional, outro grande desafio foi repensar metodologias que contemplassem os componentes curriculares de caráter prático longe das estruturas disponíveis nas escolas, com laboratórios e equipamentos, além das visitas técnicas. Como formar estudantes para o mundo do trabalho sem possibilitar a experiência prática, sem vivenciar a integração entre ciência e arte, sem experimentar as tecnologias na pesquisa, na extensão? Mas, para além de questões estruturais, os problemas sociais enfrentados por boa parte dos estudantes da rede pública, somados às questões de ordem pedagógica, completaram o cenário de incertezas e desafios para as instituições ao longo dos dois últimos anos.

³ É importante pontuar que ambas as redes de ensino - pública e privada - tiveram celeridade na proposta de alternativas para dar continuidade às suas atividades de forma remota, através do uso de tecnologias e plataformas de aula online. Porém, a falta de recursos impossibilitou que a rede pública efetivasse essas medidas com a mesma rapidez da rede privada.

**Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de
estudantes com deficiência no pós-pandemia**

Sair do “ambiente controlado” das salas de aulas e lidar com as mais diversas realidades encontradas em cada um dos lares desses estudantes se configurou num enorme desafio a ser vencido. Para a grande maioria desses estudantes, as barreiras a serem superadas incluíam a falta de um ambiente com condições adequadas, a necessidade de conciliar atividades domésticas com as de estudo, a realidade de uma nova rotina, o rompimento abrupto da convivência em grupo, além de questões de ordem social, como o desemprego e seus desdobramentos, inclusive o risco de insegurança alimentar. Esse foi o trágico combo pelo qual muitos estudantes passaram durante o período pandêmico.

Pensando nos estudantes com deficiência, que já vivenciavam os desafios da inclusão escolar, as perdas foram ainda maiores e se somaram ao que foi comum aos demais. A falta das estruturas especializadas das escolas, com alguns recursos de tecnologia assistiva, sala de recursos multifuncionais e profissionais especializados, a descontinuidade de acompanhamento médico e atividades de suporte (fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia), para os estudantes que tinham acesso a um acompanhamento regular em instituições especializadas, sobrecarga das famílias ou falta de assistência delas, em muitos casos, foram alguns dos dilemas vivenciados.

Além das questões apresentadas, a interrupção da convivência talvez tenha sido a maior das perdas no que diz respeito à inclusão, tendo em vista que o simples fato de estarem todos juntos no espaço escolar possibilita ganhos extremamente significativos em vários aspectos da vida. Não se pode perder de vista que, para muitos deles, a escola é a única atividade social, motivo pelo qual a interrupção tem um impacto ainda maior no cotidiano. Ademais, para as pessoas com deficiência, sair de casa tem uma representação simbólica muito forte, pois trata-se de uma conquista social alcançada a duras penas, tendo em vista que durante muito tempo esse era o único espaço em que podiam estar, na invisibilidade. Como recorda Sarmiento:

Isolamento, prisão, exclusão, estranhamento, medo e “não fazer parte” são palavras e/ou termos que marcam a construção social do que é ser uma pessoa com deficiência diante de uma realidade mediada pelo preconceito e que constrói, objetiva e subjetivamente, a condição imposta de invisibilidade e subalternidade desses sujeitos (SARMENTO, 2021, p.12).

**Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de
estudantes com deficiência no pós-pandemia**

Se antes da pandemia o movimento em prol da inclusão já enfrentava uma série de entraves, no contexto pandêmico, passou a caminhar num terreno totalmente irregular, acentuando ainda mais as (in)diferenças.

No que diz respeito às medidas adotadas para garantir a continuidade das aulas, bem como para atender as especificidades do público-alvo da educação especial, no contexto da pandemia, cabe pontuar que não houve nenhuma coordenação nacional liderada pelo Ministério da Educação nesse sentido. De fato, ocorreram algumas ações, várias estratégias foram utilizadas nas diversas regiões do país, pois coube aos estados e municípios o papel de planejar a implantação do ensino remoto de forma a atender os estudantes nos mais diversos contextos e realidades.

A fim de refletir sobre os possíveis desafios da Educação profissional a serem enfrentados no pós-pandemia, enfatizando a realidade dos estudantes com deficiência, faremos um breve panorama das conquistas mais recentes alcançadas no âmbito da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), trataremos do contexto pandêmico e refletiremos sobre os desafios que precisarão ser enfrentados nesse momento que já está sendo denominado como pós-pandemia, embora ainda estejamos convivendo com a doença, porém numa fase menos crítica, do ponto de vista sanitário.

Para fins metodológicos, esse artigo, além dos estudos teóricos, baseia-se no resultado de questionários que foram aplicados a docentes e intérpretes do Instituto Federal de Sergipe, Campus Estância, em março de 2021. Também foram utilizados documentos elaborados pela Instituição, os quais regulamentaram o Ensino Remoto Emergencial, além de relatórios diagnósticos produzidos pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, NAPNE. Para fins didáticos, o presente artigo divide-se em mais quatro seções, quais sejam: Educação Profissional e Tecnológica e inclusão, Inclusão escolar em tempos de pandemia, os desafios da EPT na formação para o mundo do trabalho pós-pandemia e, por fim, a conclusão que se destina, nesse texto, expressar expectativas acerca do ensino para estudantes com deficiência.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E INCLUSÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm em sua concepção o intuito de promover uma formação integral e emancipadora, em consonância com as demandas sociais, econômicas e culturais. Suas diretrizes compreendem uma formação para além do foco no mercado de trabalho, estão centradas no ser humano, numa perspectiva de integralidade, e na sua relação com o outro, na coletividade.

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem, daí compreender-se que a educação profissional e tecnológica dá-se no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva entende-se como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. Com essa dimensão, seria equivocado e reducionista, pois, imaginar que a necessidade da formação para ocupar os postos de trabalho seja a razão exclusiva e definidora para a educação profissional. (BRASIL, 2010a, p. 32).

Partindo desse entendimento, pode-se dizer que a Educação Profissional e Tecnológica contempla em sua essência os princípios da inclusão, tendo em vista que se propõe a uma educação democrática, para todos, crítica e reflexiva, alinhada aos valores humanos. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituiu uma conquista importante da educação profissional do país cuja expansão e interiorização por todo o território brasileiro, permitiu a ampliação do acesso de grupos minoritários, como pretos, pardos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, residentes das zonas rurais e pessoas com deficiência à Educação pública, gratuita e de qualidade. Conforme Santos (2018), o processo de interiorização da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) garantiu um expressivo aumento no número de escolas espalhadas por todo o território brasileiro. Segundo o autor:

(...) foi no âmbito desta visão desenvolvimentista fundada na diminuição das desigualdades regionais que foi implementada a expansão em larga escala e de forma interiorizada da RFEPCT (...) nos três períodos previstos para a implantação da política de expansão da RFEPCT, foram construídas 422 unidades, as quais somadas às 140 escolas que já existiam, fizeram com que a rede passasse a contar com 562 campi vinculados aos IFs, com uma

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

distribuição territorial que em 2014 abrangia 515 municípios, localizados nas 27 Unidades da Federação, situados em regiões geográficas pertencentes ao interior do país. (SANTOS, 2018, p. 121).

Além da ampliação do acesso, os institutos trazem como premissa central uma formação que integra a ciência, a tecnologia e a cultura de maneira articulada às questões socioeconômicas, políticas e éticas possibilitando aos sujeitos uma compreensão da totalidade em que estão inseridos e “o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida” (RAMOS, 2008, p. 3).

No que diz respeito à implantação de políticas voltadas para os estudantes com deficiência, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999) constitui-se como um importante marco que contempla a educação para o trabalho, garantindo a inclusão da educação especial, no sistema educação, como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. O documento traz ainda, em seu artigo 29 que:

[...] as escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como: I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo; II – capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação. (BRASIL, 1999, art. 29, online).

Outro marco importante para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi a implantação do Programa Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP), no ano 2000, numa parceria que envolveu as secretarias de Educação Especial (Seesp) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). O Programa previu a criação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, os NAPNEs, em cada uma das instituições, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de ações de inclusão, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação, criando uma cultura de valorização e respeito à diversidade.

É importante dizer que, embora o programa tenha sido criado em nível nacional, o seu funcionamento não ocorreu, nem ocorre da mesma forma em todos

**Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de
estudantes com deficiência no pós-pandemia**

os institutos. Conforme explicam Zerbato, Vilaronga e Santos (2021), não há uma data exata do surgimento do primeiro NAPNE, apesar de haver indicações sobre a implantação do Núcleo no ano de 2011 no manual do programa TEC NEP. De qualquer forma, a implementação do Núcleo não ocorreu de maneira igual nos Institutos Federais (IFs), o que trouxe diferenças no funcionamento e da compreensão de sua atuação.

Porém, mesmo havendo ainda muitas diferenças no funcionamento dos NAPNEs entre os diferentes Institutos Federais (IFs), algumas conquistas importantes estão sendo alcançadas, ainda que a passos lentos, no âmbito da Rede Federal Profissional Tecnológica. Como exemplo disso, pode-se citar a ampliação na contratação de profissionais especializados, como psicopedagogo, profissional braillista, tradutor intérprete de Libras, e apoio escolar, para os casos em que necessite de auxílio na locomoção, transcrição e alimentação. Alguns Institutos já possuem uma política de inclusão própria ampliando ainda mais as ações para o público-alvo da educação especial, como é o caso do Instituto Federal da Bahia (IFBA), que prevê na resolução nº 30/2017, a Política de Inclusão da Pessoa com deficiência e/ou outras necessidades específicas, que:

Art.16. Os campi deverão proceder à implantação de monitoria acadêmica específica para os discentes com Necessidades Específicas e com transtornos específicos de aprendizagem.

Parágrafo único – Os monitores deverão, preferencialmente, possuir experiência em educação inclusiva ou formação em curso de educação inclusiva de, no mínimo, 20 horas. Este último poderá ser ofertado pela própria instituição, podendo fazer parte como disciplina introdutória do programa de estágio. Os estudantes surdos e surdocegos deverão ser acompanhados por intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e guia-intérprete no caso dos estudantes surdocegos durante as monitorias.

Art. 17. Nas classes que possuem estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento deverá haver redução do número total de estudantes para favorecer a aprendizagem, facilitando aos professores a adaptação/flexibilização das atividades e a adequada avaliação das necessidades e habilidades de cada um.
(RESOLUÇÃO Nº30/ 2017/ CS/IFBA)

No que diz respeito ao público de estudantes surdos, a resolução traz outras ações importantes, a fim de possibilitar a acessibilidade comunicacional e pedagógica:

Art.23 A disciplina Libras deverá estar incluída como oferta obrigatória e matrícula optativa em todos os cursos de todas as formas e modalidades, exceto nas licenciaturas onde a matrícula é obrigatória, conforme legislação vigente.

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

Art. 26. Nas provas escritas, discursivas ou de produção textual, deverão ser adotados critérios diferenciados de avaliação, considerando a singularidade linguística dos estudantes com surdez e com surdocegueira no domínio da modalidade escrita de língua portuguesa.

Art.27. Aos estudantes com surdez deverão ser garantidos materiais didático-pedagógicos em Libras e materiais audiovisuais com legenda. (RESOLUÇÃO Nº30/ 2017/ CS/IFBA)

No Instituto Federal de Sergipe (IFS), os esforços em prol dos direitos desses estudantes também garantiram algumas conquistas importantes como a criação do seguintes documentos norteadores: Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IFS (Resolução CS/IFS nº 76, de 06 de maio de 2021), Regulamento de Ações Pedagógicas Inclusivas para Pessoas com Necessidades Específicas no âmbito do IFS (Resolução CS/IFS nº 76, de 06 de maio de 2021), Documento orientador sobre os procedimentos técnicos realizados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Recomendação CD/IFS Nº 48/2022).

Houve também outras ações institucionais como a criação, em 2018, de uma Comissão Permanente de Suporte ao Atendimento Diferenciado no processo seletivo, formação de ledores para atuação nos processos seletivos, a contratação de profissionais especializados (Intérprete de Libras e psicopedagogos), a oferta de reserva de vagas para candidatos com deficiência na ampla concorrência e a criação de um Grupo de Estudos sobre Inclusão também compõem o histórico de avanços alcançados nos últimos quatro anos.

Como dito anteriormente, as ações e o funcionamento dos NAPNEs não ocorrem de igual modo nas diversas unidades dos Institutos Federais espalhados pelo país, contudo os núcleos constituem-se como uma importante ferramenta para o avanço rumo à consolidação da política de inclusão na Rede Federal. É importante dizer ainda que, embora alguns Institutos tenham conseguido avançar significativamente na criação de políticas, resoluções e instrumentais para ampliar o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência, ainda existem muitas barreiras que impedem a concretização dessas políticas.

No que diz respeito ao acesso desse público na rede regular de ensino é importante destacar um crescente aumento de matrículas, com um incremento de 70% em dez anos de vigência da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva inclusiva, de 2008 a 2018, segundo dados do Censo Escolar de 2018

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

(INEP, 2018), demonstrando os impactos positivos das ações implementadas em prol da inclusão e se configurando como uma importante conquista na ampliação do acesso das pessoas com deficiência à Educação.

Outro avanço importante, no que diz respeito ao acesso, foi a inclusão das pessoas com deficiência, em 2016, na lei nº 13.409/2016 que assegura a reserva de vagas, conhecida como cotas, para os grupos minoritários e historicamente excluídos, nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016). Mas, infelizmente apenas a ampliação do acesso não é suficiente para garantir uma mudança efetiva na realidade dessas pessoas, é preciso também dar condições adequadas possibilitando a permanência e a conclusão do curso. Nesse sentido, ainda há um caminho a ser trilhado de forma mais consistente uma efetiva mudança social.

INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Se a formação profissional dos estudantes com deficiência já enfrentava desafios, o período pandêmico acentuou ainda mais esse cenário, colocando esses estudantes na linha de frente entre os que mais sofreram os impactos do ensino remoto emergencial⁴. Sem dúvida, a crise educacional causada pela pandemia da COVID-19 agudizou a exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência, sobretudo na rede pública de ensino, em que as dificuldades foram potencializadas pela desigualdade social. Mas, antes mesmo de pensar no acesso à educação, é importante pontuar que nem mesmo o direito de acesso às informações sobre a pandemia foi garantido a essa parcela da população, tendo em vista a falta de acessibilidade comunicacional. A descontinuidade de acompanhamento médico de atividades de suporte (fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia), de modo geral, também trouxe impactos significativos para o desenvolvimento desses estudantes.

⁴ Conforme disposto no regulamento do Ensino Remoto Emergencial, no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, o ensino remoto emergencial é uma estratégia de ensino extraclasse mediada por tecnologias (digitais ou não), que pode ser adotada quando existe a necessidade de distanciamento físico entre os sujeitos envolvidos com o processo educativo. Essa estratégia foi adotada excepcionalmente durante os anos letivos de 2020 e 2021 durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

No contexto educacional, uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), em parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de identificar os desafios enfrentados para a inclusão escolar no contexto da pandemia, revelou que as maiores dificuldades apontadas pelos docentes foram “Trabalhar com esse grupo a distância” e “estimular a participação deles no grupo”, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1: Dificuldades enfrentadas pelos docentes para atuar com o público-alvo da educação especial

Dificuldades enfrentadas pelos docentes para atuar com o público-alvo da educação especial	Classe Comum	AEE e Serviços especializados*
Trabalhar com esse grupo a distância	64,8%	64,0%
Estimular a participação deles no grupo	51,6%	47,6%
Promover atividades para que todos possam participar	44,9%	41,8%
Atender as especificidades desses alunos	48,1%	42,0%
O contato com os alunos e/ou familiares	43,2%	42,2%
O trabalho conjunto entre o docente da classe comum e o docente da educação especial	30,8%	45,0%**
Desconhecer ou ter pouco domínio dos recursos de acessibilidade das plataformas <i>on-line</i> .	24,9%	19,4%

* a soma de docentes que atuam em: AEE; em escola e classe bilíngues para surdos; e em escola ou classe especial 

** para este quesito foram consideradas apenas as respostas das professoras e professores do AEE 

Fonte: Fundação Carlos Chagas. Pesquisa: Inclusão Escolar em Tempos de Pandemia

No Instituto Federal de Sergipe, dentre as principais queixas dos estudantes com deficiência, apontadas nos relatórios diagnósticos produzidos pela equipe do NAPNE, destacaram-se a dificuldade na realização de trabalhos em grupo e sensação de exclusão pelos colegas. O distanciamento físico acabou intensificando ainda mais a sensação de solidão para muitos estudantes. Em relação à acessibilidade, mesmo com a oferta de auxílios e equipamentos, os relatórios demonstram que, em algumas situações, a participação desses estudantes nas aulas síncronas era inviável, como por exemplo, no caso de estudantes surdos, em que até uma pequena instabilidade na internet compromete a comunicação. Entre as

**Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de
estudantes com deficiência no pós-pandemia**

barreiras apontadas pelos estudantes, pode-se listar a alteração na rotina, a falta de mediadores para a realização das atividades, a falta de equipamentos, a falta de recursos de tecnologia assistiva, ambiente inadequado para estudo, material não acessível/adaptado e ausência de intérpretes de Libras.

O Instituto Federal de Sergipe criou alguns instrumentais a fim de garantir e orientar o atendimento adequado aos estudantes com necessidades específicas, como o regulamento do Ensino Remoto Emergencial no âmbito do IFS, com um capítulo dedicado a ações de inclusão de discentes com deficiência, assim como uma cartilha com orientações para atendimento remoto, contemplando as mais variadas deficiências e necessidades. Entretanto, a operacionalização das ações era de grande complexidade e, diante das condições humanas e materiais, foi praticamente impossível realizar o que os documentos previam, de modo que os atendimentos, na prática, apesar de todos os esforços, acabaram sendo precários.

Nos questionários aplicados, foi comum o relato dos professores de não conseguirem dedicar tempo extra para um atendimento individualizado aos estudantes com deficiência, apesar de entender que era necessário. A inserção de novas demandas como a capacitação para uso de tecnologias, bem como a produção de material adequado para aplicação à distância sobrecarregou os docentes impossibilitando não apenas o atendimento particular, quando necessário, mas também a elaboração de material ou adoção de estratégias adaptadas para esses estudantes.

Outro relato recorrente dizia respeito ao processo de aprendizagem, pois à distância, os docentes acabavam tendo dificuldades para saber se esses estudantes estavam acompanhando de maneira satisfatória. Por outro lado, a falta de produção de material adequado aos estudantes com deficiência, por exemplo, acabou intensificando, em muitos momentos, a exclusão e provocando ansiedade nesses estudantes, além de prejudicar seu processo de aprendizagem.

Os profissionais intérpretes de Libras, por sua vez, traziam como queixa recorrente o aumento significativo do volume de trabalho, pois precisavam produzir legendas para uma quantidade grande de vídeos disponibilizados pelos professores e ainda conciliar com as aulas síncronas, além de atuarem nos eventos on-line que se multiplicaram ao longo do período pandêmico. Outro fator apontado por esses profissionais foi a instabilidade da internet o que prejudicou e comprometeu o

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

acompanhamento dos estudantes surdos, pois em muitos momentos acabou impedindo a participação nas atividades.

Os intérpretes relataram também que era comum a proposta de atividades de estudos dirigidos sempre indicando leitura de livros ou longos capítulos, o que acabava excluindo o estudante surdo, tendo em vista que não possuía o domínio da Língua Portuguesa. Embora houvesse um projeto que cuidava de ensinar Língua Portuguesa aos surdos, esta foi outra atividade prejudicada no período pandêmico, pois a dinâmica à distância não se mostrava eficiente, por conta da instabilidade da conexão de internet.

No caso dos estudantes com deficiência intelectual, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), queixas em relação à dificuldade de mensuração da aprendizagem, dificuldade nos trabalhos em grupo e dificuldade na elaboração de estratégias de acompanhamento e elaboração de atividades adaptadas às necessidades e que pudessem ser realizadas à distância foram as principais apontadas pelos docentes. Na ocasião, apenas em um campus do IFS havia o profissional de psicopedagogia. Por esta razão, os docentes se sentiam inseguros e sem suporte no atendimento a esses estudantes.

Um grave acontecimento se deu no fim do primeiro semestre de 2021, os contratos dos intérpretes de Libras foram encerrados, em virtude de terem atingido o prazo máximo permitido da vigência, o que ocasionou a descontinuidade do acompanhamento dos estudantes surdos, situação só foi regularizada em março de 2022 com a contratação de novos Intérpretes de Libras.

Por meio de questionário aplicado aos docentes a respeito do comportamento desses estudantes no ensino remoto, questões como aumento da ansiedade, diminuição da interação, aumento da exclusão, sobretudo nas atividades em grupo, maior dispersão durante as aulas foram as principais elencadas. Outra percepção trazida pelos docentes foi de que o contexto social desses estudantes era muito desfavorável para o ensino remoto.

OS DESAFIOS DA EPT NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO PÓS-PANDEMIA

A educação ocupa papel central na construção ou reconstrução de uma nação. É condição básica para garantir igualdade e desenvolvimento.

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

Desenvolvimento aqui entendido nas suas mais diversas dimensões, para além do sentido material, que serve a lógica do paradigma econômico. Desenvolvimento da condição humana e dos valores que constroem uma sociedade. A pandemia pôs uma clara linha divisória entre ricos e pobres, da forma mais brutal possível. A primeira morte registrada no Rio de Janeiro, de uma doméstica que foi infectada pela patroa no bairro Leblon (GLOBO.COM, 2020), amplamente divulgada pelos meios de comunicação, é emblemática e evidencia a histórica divisão de classes que assola o nosso país. Enquanto a massa de trabalhadores se viu abandonada a própria sorte, lutando para não morrer de Covid-19 nem de fome, a revista Forbes anunciava, em agosto de 2021, 40 novos representantes milionários brasileiros para integrar a lista daquele ano (CASTRO, 2021).

No âmbito da Educação, como exposto anteriormente, essa segregação entre as classes também foi escancarada. Enquanto os estudantes de escolas privadas puderam rapidamente retomar suas atividades fazendo uso das tecnologias, os da rede pública passaram meses sem aula, aguardando medidas do poder público, das diferentes esferas, na busca de alternativas para transpor a lista de barreiras existentes em decorrência da desigualdade social. É fato que houve perdas na educação para todos os estudantes, mas os de classes menos favorecidas sofreram um impacto gigantesco cujos efeitos certamente acentuaram ainda mais a desigualdade.

Diante dessa realidade desconcertante, o desafio mais urgente que se impõe para a educação nesse contexto pós-pandêmico, é uma reconexão com sua essência, que é qualificar para a vida, não para o mercado, como afirma Mézaros (2008). É resgatar seu sentido emancipador, capaz de ir além dos espaços das salas de aula e de realizar transformações políticas, sociais, culturais e econômicas. Diante da lógica desumanizadora e excludente do sistema capitalista, centrado no lucro, no individualismo e na competição, a escola tem o papel fundamental de não deixar ninguém para trás.

A educação não pode ser tratada como mercadoria nem deve se render ao consumismo pedagógico. Não é possível, ou não deveria ser, pensar a formação de um estudante sem considerar o mundo que o cerca. A verdadeira educação não pode estar desconectada da condição humana e das suas relações com a natureza e com os outros. Se de um lado há um grande movimento de entusiasmo com a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), na educação,

**Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de
estudantes com deficiência no pós-pandemia**

como principal legado do ensino na pandemia, de outro estão os 55% de estudantes da rede pública que não têm acesso à internet ou equipamento. A quem serve essa educação excludente? Às demandas do sistema capitalista. É lamentável, mas os principais legados da pandemia foram a perda de mais de 600 mil vidas – segundo dados do painel Coronavírus do Ministério da Saúde –, o aumento da desigualdade social e da evasão nas escolas e o inédito retorno do Brasil ao mapa da fome. Esse cenário de horror não pode ser silenciado e estar à margem dos processos educacionais.

A Educação Profissional e Tecnológica tem um conjunto de resistências a serem demarcadas nesse pós-pandemia, sobretudo nos últimos anos em que explicitamente um governo autoritário e negacionista (DUARTE & CÉSAR, 2020) tem realizado ataques e tentativas de sucateamento. A educação foi seriamente ameaçada com cortes de orçamento, ainda na gestão do governo Temer, quando o setor foi incluído no Teto dos Gastos Públicos com previsão de congelamento de investimentos durante 20 anos. Na gestão do governo Bolsonaro vieram novos e sucessivos cortes de orçamento, a suspensão de bolsas de pesquisas científicas, uma intensa política de privatização da educação através da implantação de cursos de formação em plataforma digitais, além da ampla defesa da educação domiciliar (conhecida como *homeschooling*) e da valorização de escolas militares.

Diante desse cenário, não se pode perder de vista que, apesar de todos os desafios e necessidades de avanços, os Institutos Federais são resultado da mais ampla política pública de educação interiorizada pelo país, como explica Pacheco (2011). A maior parte dos campi dos institutos está localizada em cidades pequenas e médias, no interior do Brasil, oportunizando o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade a sujeitos sociais historicamente excluídos como negros, filhos de trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, ribeirinhos, quilombolas. A EPT, em sua concepção, tem compromisso científico e técnico, mas também ético e político para com a formação das futuras gerações. É alinhada a essa perspectiva que a inclusão se insere. Como nos lembra Mantoan:

A inclusão se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. As condições de que dispomos, hoje, para trans-formar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos de cada um sobressaiam. (MANTOAN, 2003, p.30)

Nesse retorno ao espaço escolar pós-pandemia, os desafios para minimizar os impactos vivenciados pelos estudantes com deficiência, seja do ponto de vista da aprendizagem, seja no campo das interações e relações, são gigantescos. É urgente priorizar ações sistemáticas de acolhimento que favoreçam à reconexão de vínculos com a escola, entre os colegas e também em articulação e com a participação das famílias. No tocante às questões de aprendizagem, é importante realizar inicialmente um diagnóstico de saberes e de práticas que são essenciais, fazendo, portanto, a flexibilização dos conteúdos curriculares. Deve-se ainda priorizar a contratação de profissionais de apoio especializado para reforçar o atendimento adequado às necessidades de cada educando, assim como promover a formação continuada dos docentes.

Como foi possível perceber, através das respostas ao questionário, a interrupção do convívio presencial trouxe impactos importantes, como a diminuição da interação, a sensação de exclusão e a dificuldade de realização de trabalhos em grupo foi acentuada. Nesse sentido, é essencial a realização de ações dentro de sala de aula – integrando à temática de inclusão aos componentes curriculares – e fora num movimento de integração também com a comunidade externa, de maneira sistemática e envolvendo todos os atores da escola. No tocante às queixas trazidas pelos intérpretes, com o retorno ao ensino presencial, em que o acompanhamento se torna mais efetivo, passa a ser possível realizar um trabalho em equipe junto aos docentes para a elaboração dos Planos de Ensino Individualizados (PEIs), em que as atividades podem ser adaptadas às necessidades de cada estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, como instituição social, tem como missão a transmissão de saberes e práticas, rompendo com a lógica da exclusão. Seu papel principal é formar cidadãos para a tarefa de renovar o mundo que ainda está repleto de desigualdade e injustiça. Nesse sentido, é urgente romper com um modelo fragmentado de educação que parece atender apenas aos interesses do paradigma econômico vigente. Partindo desse entendimento, o artigo em questão propôs uma breve discussão acerca dos desafios a serem enfrentados pela Educação Profissional e Tecnológica, no pós-pandemia, para a formação de estudantes, com enfoque nos estudantes com deficiência.

Como exposto anteriormente, apesar dos esforços da Rede Federal Profissional e Tecnológica na criação de regulamento com orientações para nortear e garantir o atendimento adequado para os estudantes com necessidades específicas, a efetivação das ações ficou muito aquém em razão das condições humanas e materiais dos institutos, bem como do contexto social e econômico vivenciado pelos estudantes no período pandêmico.

Considerando que esse momento histórico afetou a vida das pessoas, sobretudo das que fazem parte das camadas mais excluídas da sociedade e que, a educação ocupa papel central na busca pela redução das desigualdades e injustiças sociais, através da formação crítica, emancipadora e humana, é importante refletir sobre os desafios que agora se impõem à Rede Federal Profissional e Tecnológica. O caminho para a construção de uma sociedade mais justa passa pelo compromisso de não deixar ninguém de fora, perceber onde estamos e aonde iremos é fundamental para realizarmos esse percurso. Portanto, o desafio mais urgente nesse contexto pós-pandêmico, é uma reconexão da educação com sua essência, que é qualificar para a vida, não para o mercado como afirma Mészáros (2008).

O movimento de inclusão está contemplado pelo princípio que alicerça a educação profissional e tecnológica, qual seja: assumir o trabalho como princípio educativo alinhado aos valores humanos, articulando o conhecimento, a ciência e a tecnologia aos contextos políticos, históricos, socioeconômico, cultural e ético de cada época. Nesse sentido, Frigotto pontua que é preciso transpor:

a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu dever. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de estudantes com deficiência no pós-pandemia

transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (FRIGOTTO, 1989, p.8).

Apesar dos avanços, do ponto de vista legal, no que diz respeito à inclusão dos estudantes com deficiência na Rede Federal Profissional e Tecnológica, lamentavelmente a ação prática ainda está distante do que se almeja, e essa situação foi agudizada pela pandemia: aumentaram os desafios para esse cenário de retorno presencial às escolas. Cabe, portanto, à Rede Federal de Educação Profissional, em particular, ao IFS abraçar os desafios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=D3298&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs> Acesso em: 17 nov. 2022

CASTRO, Mariangela IN: Quem são os 40 novos bilionários brasileiros no ranking 2021. www.forbes.com.br, 2021. Disponível em <<https://forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/>> Acesso em: 15 novembro 2022.

FCC- Fundação Carlos Chagas. Pesquisa: Inclusão Escolar em tempos de pandemia. São Paulo, SP, 2021. Disponível em <<https://www.fcc.org.br/inclusao-escolar-em-tempos-de-pandemia/#sobre>> Acesso em 18 nov 2022.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

GLOBO.COM. Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml> . Acesso em 10 de outubro de 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2018. Brasília, DF: MEC, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

Desafios da educação profissional e tecnológica para a formação de
estudantes com deficiência no pós-pandemia

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Ministério da Educação. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes. 2010a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 15 nov 2022.

PACHECO, Eliezer. Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. IN: PACHECO, Eliezer (Org.) *Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. Texto produzido a partir da participação em Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, v. 8, 2008. Disponível em <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf> Acesso em: 15 novembro 2022.

Resolução nº 30/2017/CS/IFBA. Aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras necessidades específicas no âmbito do IFBA.

SANTOS, J.A. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, G (org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

SARMENTO, Viviane Nunes. Ex/inclusão das pessoas com deficiência em tempo de pandemia: Velhos debates, novos desafios. IN: FUMES, Neiza de Lourdes Frederico (Org) e CARMO, Bruno Cleiton Macedo do (Org). *Deficiência, educação e pandemia: a desigualdade revelada*. Maceió: EDUFAL, 2021.

ZERBATO, A.P.; VILARONGA, C.A.R.; SANTOS, J.R. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v.27, e0196, p.319-336, Jan.-Dez 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 15 novembro 2022.